

LEGISLAÇÃO RELEVANTE

– SUMÁRIO MENSAL –

MARÇO 2026

A presente informação destina-se a ser distribuída pelos associados da ASFAC e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de apoio a uma decisão sem acompanhamento profissional qualificado.

Para informação adicional, contacte:

João Espanha
jespanha@broseta.com

Nuno Nogueira Pinto
npinto@broseta.com

Tel: + (351) 300 509 035
www.broseta.com/pt



Aviso n.º 1/2026 Banco de Portugal

03 DE MARÇO DE 2026

Pensões de Reforma e Sobrevivência

No dia 3 de Março, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 1/2026, que regulamenta as responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência decorrentes de planos de benefício definido das instituições de crédito e das sociedades financeiras, revogando e substituindo o Aviso n.º 12/2001 e a Instrução n.º 4/2002.

O Aviso consolida os princípios fundamentais a observar pelas instituições de crédito e sociedades financeiras, numa perspetiva de continuidade e estabilidade, sem alteração das regras basilares do quadro anterior.

Foram eliminados os requisitos de reporte padronizado de informação quantitativa anteriormente previstos. O relatório atuarial e a declaração do atuário responsável passam a ser submetidos mediante solicitação do Banco de Portugal.

O Aviso n.º 1/2026 entrou em vigor no dia 4 de Março de 2026.

Disponível ([aqui](#)).

CMVM lança Consulta Pública n.º 1/2026

05 DE MARÇO DE 2026

Consultoria para Investimento – Deveres de Reporte

No dia 5 de Março, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) lançou a Consulta Pública n.º 1/2026 relativa a um projeto de regulamento que visa introduzir um dever de reporte harmonizado sobre a atividade de consultoria para investimento. O presente projeto de regulamento procede à alteração:

- (i) do Regulamento da CMVM n.º 2/2007, de 10 de Dezembro, relativo ao exercício de atividades de intermediação financeira, na sua redação atual;
- (ii) do Regulamento da CMVM n.º 1/2020, de 25 de Fevereiro, relativo ao envio de informação à CMVM para efeitos de supervisão prudencial, na sua redação atual;; e
- (iii) do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, de 29 de Dezembro, que regulamenta o Regime da Gestão de Ativos.

O prazo para apresentação de comentários e sugestões termina dia 17 de Abril de 2026.

Disponível ([aqui](#)).

Setor Bancário nos últimos 25 anos

04 DE MARÇO DE 2026

No dia 4 de Março, o Banco de Portugal divulgou uma análise sobre a evolução do setor bancário em Portugal entre 2000 e 2025.

Os bancos desempenham um papel central na intermediação financeira, mobilizando a poupança e direcionando-a para o financiamento da atividade económica. A análise da evolução do setor bancário ao longo do tempo permite compreender de que forma esse papel tem sido desempenhado em diferentes contextos económicos e financeiros.

Disponível ([aqui](#)).

Banco de Portugal divulga Taxas Máximas 2.º Trimestre 2026

05 DE MARÇO DE 2026

Taxas Máximas – Crédito aos Consumidores

O Banco de Portugal divulgou, dia 5 de Março de 2026, os **limites máximos** das taxas anuais de encargos efetivas globais (TAEG) a observar na celebração de contratos de crédito aos consumidores e a taxa anual nominal (TAN) máxima aplicável aos contratos de crédito na categoria de ultrapassagem de crédito, a vigorar no 2.º trimestre de 2026.

Disponível ([aqui](#)).

Circular n.º 2/2026, de 4 de Março

05 DE MARÇO DE 2026

Direito ao Esquecimento – Práticas Discriminatórias

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), aprovou, dia 5 de Março de 2026, a Circular n.º 2/2026, que divulga o formulário e instruções de reporte no âmbito do “Relatório sobre direito ao esquecimento e práticas discriminatórias”, em cumprimento da Norma Regulamentar n.º 12/2024-R, de 17 de dezembro, relativa ao direito ao esquecimento e à proibição de práticas discriminatórias.

A referida norma regulamentar visa assegurar a aplicação, de forma uniforme, clara e compreensível, de regras com impacto muito relevante nos direitos dos consumidores, como é o caso da contratação de seguros associados ao crédito à habitação e ao crédito aos consumidores por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência e da proibição de práticas discriminatórias.

Disponível ([aqui](#)).

Decreto-Lei n.º 77/2026, de 12 de Março

12 DE MARÇO DE 2026

Titularização de Créditos – Sociedades Gestoras

No dia 12 de Março, foi publicado o Decreto-Lei n.º 77/2026, de 12 de Março, em Diário da República n.º 50/2026, Série I, de 12 de Março de 2026, que altera o Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de Novembro, que estabelece o regime da titularização de créditos e regula a constituição e a atividade dos fundos de titularização de créditos, das respetivas sociedades gestoras e das sociedades de titularização de créditos.

Disponível ([aqui](#)).

Contas de Serviços Mínimos Bancários em 2025

23 DE MARÇO DE 2026

Serviços Mínimos Bancários – Supervisão

No dia 23 de Março, o Banco de Portugal divulgou um comunicado relativo à evolução das contas de serviços mínimos bancários (SMB) em 2025, do qual resultam as principais conclusões:

- O número de contas de SMB cresceu 8% em 2025;
- A maioria das contas de SMB continuou a ter apenas um titular;
- A maioria dos titulares não tinha outros produtos bancários na instituição.

Disponível ([aqui](#)).

Banco de Portugal publica Instrução n.º 2/2026

26 DE MARÇO DE 2026

Portal do Sistema de Gestão de Informação do BCE

No dia 26 de Março, o Banco de Portugal publicou a Instrução n.º 2/2026, que alarga a utilização do Portal do Sistema de Gestão de Informação do Banco Central Europeu (“Portal IMAS”) na ordem jurídica interna.

A instrução concentra toda a regulamentação relativa à tramitação, obrigatória e voluntária, dos procedimentos cujos termos correm no Portal IMAS. Revoga parcialmente a Instrução n.º 7/2021, de 15 de Abril, e altera a Instrução n.º 11/2023, de 15 de Maio (“Instrução do Portal IMAS”).

Disponível ([aqui](#)).

Banco de Portugal altera Instruções n.º 3/2015 e n.º 7/2012

26 DE MARÇO DE 2026

Política Monetária - Eurosistema

No dia 26 de Março, o Banco de Portugal publicou a Instrução do Banco de Portugal n.º 3/2026, que altera a Instrução n.º 7/2012, relativa às medidas adicionais temporárias e a Instrução do Banco de Portugal n.º 4/2026, que altera a Instrução n.º 3/2015, relativa à implementação da política monetária.

Ambas as Instruções entraram em vigor no dia 30 de Março de 2026.

Disponível ([aqui](#)).

Sistema Financeiro da União Europeia

27 DE MARÇO DE 2026

União Europeia – Supervisão do Sistema Financeiro

As Autoridades Europeias de Supervisão (EBA, EIOPA e ESMA) publicaram, no dia 27 de Março, um documento que reflete uma atualização sobre os riscos e vulnerabilidades do sistema financeiro da União Europeia, destacando o impacto das tensões geopolíticas e os riscos emergentes no financiamento privado.

Não obstante, o setor financeiro europeu mantém-se globalmente resiliente, com níveis sólidos de capital e liquidez. Ainda assim, as Autoridades de Supervisão recomendam uma vigilância reforçada, incluindo uma gestão prudente dos riscos geopolíticos e das exposições a mercados privados, tendo em conta também as futuras alterações ao regime Solvência II.

Disponível ([aqui](#)).